

2023

RELATÓRIO TÉCNICO

127

Fortalecimento da Participação Social no Sistema Único de Saúde

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	127		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da Participação Social no Sistema Único de Saúde		
Objeto do TC:	Fortalecer e qualificar a participação social em saúde e o apoio a essa atividade nos âmbitos estadual, municipal e nacional.		
Número do processo:	25000.095666-2021-00	Número do SIAFI:	
Data de início	21/12/2021	Data de término:	21/12/2026
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$40.224.331,77
Valor Total no TC:			R\$ 40.224.331,77
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Conselho Nacional de Saúde (CNS)		
Responsável:	Ana Carolina Dantas Souza (Secretária Executiva do CNS)		
Endereço:	Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco G, Ed. Anexo, Ala B, 1º andar – sala 103 B.		
Telefone:	(61) 33152855	E-mail:	cns@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Sistemas e Serviços de Saúde (HSS)		
Responsável:	Julio Pedroza		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9499	E-mail:	pedrozajul@paho.org

2. CONTEXTO

A Cooperação Técnica entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS e o Conselho Nacional de Saúde - CNS se configura em uma relação de trabalho colaborativa para qualificação e fortalecimento das ações do Controle Social e da participação no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acordo com o marco de regulamentação do SUS, determinando na Lei 8.142/1990, no artigo 1º, § 2º, o qual determina que “o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo”.

A cooperação técnica direta entre a União Federal (Ministério da Saúde), o Conselho Nacional de Saúde e a OPAS/OMS foi inicialmente estabelecida por meio do Termo de Cooperação nº 68 – “Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde – CNS”, assinado em 30/11/2011. Em vigor até 2021, tal TC objetivou prover cooperação técnica ao CNS para o seu fortalecimento institucional determinado constitucionalmente, o que significou apoiá-lo no cumprimento de seu papel executor e indutor do controle social e da participação popular no sistema de saúde brasileiro, concretamente nas funções de formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde. O CNS é, por natureza, um ator político do Sistema Único de Saúde, sendo o principal “guardião” dos princípios que regem constitucionalmente o sistema (a Universalidade, a Integralidade e a Equidade), sob as perspectivas dos usuários, dos profissionais de saúde e dos gestores. Considerando isto, as constantes e naturais alterações nos cenários político, econômico e social, doméstico e internacional, ocorridas ao longo dos últimos anos, as dificuldades consequentes à questão econômica e às crises políticas enfrentadas pelo mundo e, principalmente, pelo Brasil, vêm trazendo para o Controle Social importantes desafios, os quais vêm-se tentando enfrentar com as ferramentas legalmente dispostas e com o desenvolvimento de soluções inovadoras, definidos a partir de debates no coletivo das representações do Pleno, para a formulação de políticas de saúde; organização com intento de estabelecer os processos de fiscalização das ações de gestão pública, e mobilização social com vistas a firmar o papel de deliberação sobre os rumos que configurem a consolidação do SUS. Ao longo dos 10 anos de execução daquele Termo de Cooperação nº 68, considerou-se que a relação de cooperação técnica entre o CNS, o MS e a OPAS/OMS no Brasil atingiu um nível de maturação e de excelência de tal forma que a parceria formal entre as instituições expande-se para além do Termo de Cooperação, consistindo em uma aliança político-estratégica que abrange diversas outras iniciativas em torno da universalidade, da integralidade e da equidade. Considerando a experiência do TC anterior e a atual maturidade das instituições envolvidas, foram identificadas necessidades que persistem, novos desafios e oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento para que a participação siga se consolidando como base do sistema de saúde brasileiro.

Assim, o Termo de Cooperação nº 127 tem por objetivo principal o fortalecimento da participação social no SUS, tendo sido concebido a partir de três eixos estratégicos:

Eixo 1 – Capacidade institucional do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos de saúde estaduais e municipais para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde (deste eixo foram gerados os Resultados Esperados nº 1 e 2 da Matriz Lógica);

Eixo 2 – Qualificação técnica, pesquisa e inovação para o controle e a participação social (RE3 e RE4); e

Eixo 3 – Gestão do conhecimento e intercâmbio de experiência no âmbito da participação e controle social (RE5).

Por meio deste novo TC127, a OPAS/OMS e o CNS pretendem fortalecer e qualificar a participação social em saúde e o apoio a atividades nos âmbitos nacional, estadual e municipal, realizando processos de análise e avaliação das políticas públicas de saúde, monitoramento das condições de saúde da população brasileira, qualificação de conselheiros de saúde, comunicação em saúde para a população e formulação de propostas de interesse da sociedade. O fortalecimento institucional do CNS permitirá qualificar as agendas de direito à saúde no país, defesa do SUS, melhoria da qualidade das ações e serviços prestados à população, ampliação da transparência da administração pública e debate dos problemas e desafios da saúde no país, bem como a construção coletiva de soluções adequadas às necessidades nacionais e locais, por meio da participação da sociedade nos instrumentos institucionais postos pelo sistema de saúde brasileiro.

Cada um dos cinco Resultados Esperados - RE elencados na Matriz Lógica deste TC127 encontra-se alinhado às prioridades de cooperação técnica da OPAS/OMS, em especial com a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a “Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030” - ASSA-2030 e a “Estratégia de Saúde Universal”. Ao fortalecerem institucionalmente o controle social e a participação ampla da população na saúde, os RE do TC-127 colaboram diretamente para o alcance das metas definidas na “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” pactuada entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas - ONU (em 2015), principalmente no que tange ao ODS 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Soma-se a “Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde”, expressando o compromisso político dos países da Região no sentido de garantir mais que apenas cobertura, mas o acesso aos serviços e ações de saúde, aspecto concreto do direito à saúde de todos e todas, unindo esforços de cada um deles para o desenvolvimento de sistemas de saúde resolutivos, resilientes e com capacidade para atuar de maneira intersetorial sobre os determinantes sociais da saúde - DSS.

A Participação Social em saúde é considerada pela OPAS/OMS fundamental, tratando-se inclusive de uma das “Funções Essenciais

de Saúde Pública – FESP Renovadas". Dentro desse marco conceitual, revisado e atualizado em 2020, existem 11 FESPs que são monitoradas e campo de atuação da Organização nos países das Américas com o objetivo de “não deixar ninguém para trás” – princípio central e transformador para alcançar os ODS e eixo da Estratégia de Saúde Universal. Nesse marco, a 5ª FESP é “Participação e mobilização social, inclusão de atores estratégicos e transparência”. Essa Função compreende a ação de atores sociais com capacidade, habilidade e oportunidade para identificar problemas e necessidades, definir prioridades, formular e negociar suas propostas para desenvolvimento da saúde, de uma maneira deliberativa, democrática e ordenada. A Função engloba as ações coletivas mediante as quais a sociedade civil intervém e influem diretamente na organização, controle, gestão e fiscalização do sistema de saúde do país. Tendo, portanto, o desenvolvimento da participação social em saúde como prioridade para seus países membros, a OPAS/OMS desenvolveu um conjunto de mecanismos e ferramentas para mensurar, analisar e fortalecer essa Função Essencial. Essa expertise vem sendo utilizada para o fortalecimento desta ação de cooperação técnica, fortalecendo a participação e o controle social no Brasil através do fortalecimento institucional do CNS. A OPAS/OMS apoia países das Américas especificamente nesse tema desde a década de 80. Destaca-se como exemplos: a conformação do Comitê Técnico Assessor da OPAS/OMS para a participação social (2014) e a promoção de políticas de saúde com critérios de equidade e modelos baseados no princípio do Sumak Kawsay – “bem viver” para os povos originais da América Latina (anos 2000). As ferramentas e metodologias são adaptadas para cada país, de acordo com o nível de desenvolvimento prévio, complexidade e funcionamento do sistema de saúde, dimensões territoriais, culturais e políticas, entre outros fatores.

Considerando-se os mandatos da OPAS/OMS e suas diretrizes de atuação no âmbito das Américas, seu aporte técnico a este projeto vem contribuindo no fortalecimento da participação e do controle social através do estímulo à inovação, desenvolvimento e disponibilização de ferramentas, além da promoção do intercâmbio de conhecimentos das boas práticas internacionais neste campo. Um dos desafios da Organização é promover o desenvolvimento e o fortalecimento de sistemas de saúde resilientes, capazes de se adaptar às necessidades de saúde da população e com fortes mecanismos de garantia de acesso universal, equitativo, com qualidade e com gestão baseada na democracia participativa.

A pandemia de Covid-19, cujos momentos mais agudos se deram no período de Mar/2020 a Mai/2023 enquanto "Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII", representou o maior impacto para saúde das pessoas em todo o mundo neste século. Para o enfrentamento da pandemia, autoridades de saúde, técnicos, profissionais, pesquisadores e todas as pessoas interessadas no setor Saúde mobilizaram-se para recomendar, adotar, monitorar e/ou avaliar medidas e respostas para reorganização dos serviços de saúde, aprimoramento da gestão, desde a APS aos serviços especializados ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico, urgência e emergência, com priorização das ações de enfrentamento da pandemia, mas também com o desafio de garantir a continuidade do cuidado para atender às demais necessidades de saúde da população. Além do impacto direto na assistência, a pandemia impôs a todos (gestores, trabalhadores, pesquisadores, usuários e a sociedade em geral) a necessidade de rápido aprendizado e desenvolvimento de capacidades de reinventar os sistemas e serviços de saúde, a gestão e também os mecanismos de controle e participação social, seja na forma de atuação e relacionamento, nos processos internos de trabalho e de cooperação técnica. Neste período, coube ao CNS - e à cooperação coube apoiar o CNS para tal - a intensificação de suas ações em defesa do direito pleno à saúde, da garantia de acesso dos usuários adoecidos por Covid e pós-Covid, assim como por todas as demais condições de saúde, a continuidade do cuidado, a adesão a protocolos baseados em evidência para a oferta de tratamentos e medicamentos, a garantia de acesso a vacinas eficazes e seguras, a disponibilização de informações de maneira transparente e contínua, assim como a atenção às desigualdades que se aprofundaram no período e a mobilização social para fazer frente à pandemia nas comunidades e territórios, de maneira articulada com os Conselhos Estaduais e Municipais, entidades e movimentos sociais. Em consequência à oferta de vacinas contra a Covid no país a partir de 17/jan/2021, crescentemente em todo o território brasileiro, primeiramente para grupos prioritários, que foram sendo ampliados na medida que o quantitativo de vacinas disponíveis, a realização de campanhas e a inclusão da vacinação na rotina dos serviços, o ritmo da pandemia foi se arrefecendo no país. Contudo, a pandemia Covid seguiu sendo razão de alerta e prioridade do SUS e do CNS durante o ano 2022.

Ademais, conforme legalmente previsto no país, em 2022 foram realizadas as eleições nacionais e estaduais para os cargos do Poder Executivo (presidente da República e governadores) e do Poder Legislativo (deputados estaduais, deputados federais e senadores), de tal forma que o 2º sem/2022 foi marcado no país pelo período eleitoral, o que impactou sobremaneira na execução das atividades de cooperação cujos desenvolvimentos e implementações exigiam articulação e mobilização social e sofriam com restrições, inclusive de comunicação oficial.

As prioridades da gestão do novo Governo Federal, empossado em 01/jan/2023, e por consequência do atual Ministério da Saúde vêm demonstrado um compromisso sólido de retomada do controle e da participação social como partes fundamentais de suas prioridades na área da saúde. Esse enfoque está em perfeita sintonia com o Plano Estratégico da OPAS para o período de 2020 a 2025, que também reconhece a participação ativa da sociedade como um elemento-chave na promoção da saúde e no fortalecimento dos sistemas de saúde. O Ministério da Saúde tem trabalhado ativamente para envolver a população por meio de canais de consulta pública, grupos de trabalho, Conferências e outras iniciativas participativas, refletindo a abordagem defendida pela Estratégia de Cooperação do País da OPAS para o período de 2022 a 2027, que destaca a importância de engajar diversos atores para enfrentar os desafios complexos da saúde. A construção e realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde e todas suas etapas precedentes é um demonstrativo dessa parceria exitosa entre CNS, OPAS e outros parceiros. Essa sinergia entre as prioridades do CNS, da atual gestão do Ministério da Saúde e os objetivos da OPAS é especialmente evidente na abordagem voltada para a promoção da saúde como um direito humano universal. Ao incentivar a participação ativa da comunidade na

definição de políticas de saúde e na tomada de decisões, o Ministério da Saúde e o CNS buscam garantir que a saúde seja acessível a todos, alinhando-se com a visão da OPAS de alcançar a saúde universal e equitativa. A ênfase na escuta atenta às necessidades da população e na inclusão de diferentes grupos de interesse está em total harmonia com a abordagem colaborativa preconizada pela OPAS para fortalecer a capacidade de resposta dos sistemas de saúde em cenários desafiadores. Além disso, é importante valorizar o reconhecimento dado pela atual gestão do Ministério da Saúde à importância da interconexão entre saúde e outros determinantes sociais. Ao incorporar a participação social em suas políticas e programas, o Ministério da Saúde contribui para uma abordagem mais abrangente da saúde, de maneira alinhada à estratégia da OPAS de abordar os determinantes sociais da saúde de maneira holística e colaborativa. Através dessa cooperação entre o Conselho Nacional de Saúde, a atual gestão do Ministério da Saúde e a OPAS, o Brasil reforça seu compromisso com a construção de um sistema de saúde mais resiliente, inclusivo e capaz de atender às necessidades de toda a população, ao mesmo tempo em que serve como exemplo inspirador para outras nações comprometidas com o fortalecimento da participação social e da saúde pública.

3. 1º SEMESTRE DE 2023

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 RE1: Mecanismos de Gestão e Governança dos conselhos para ampliar a participação e o controle social aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de ações de capacitação de conselheiros de saúde/ano. 2. Número de eventos relativos ao controle social no SUS atinente a formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde deliberativas pelo do CNS/ano. 3. Plano de Educomunicação em Saúde para a Sociedade do Conselho Nacional de Saúde implementado. 4. Número de estudos/pesquisas sobre condições de saúde da população brasileira, com ênfase em grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar 5 ações de capacitação de conselheiros de saúde. 2. Realizar 25 eventos relativos ao controle social no SUS atinente a formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde deliberativas pelo do CNS. 3. Desenvolver o Plano de Educomunicação em Saúde para a Sociedade do Conselho Nacional de Saúde. 4. Desenvolver 5 estudos/pesquisas sobre condições de saúde da população brasileira, com ênfase em grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual pactuado pelo CNS e pela OPAS/OMS para desenvolvimento de ações de cooperação técnica ao longo do ano 2023, foram planejadas 5 ações relacionadas ao Resultado Esperado nº 1, sendo 4 executadas ao longo deste 1º sem/23:

No âmbito de mecanismos de gestão e governança dos conselhos que possam levar a uma ampliação e a um aprimoramento da participação e do controle social, foram realizadas ações para estruturação, manutenção e divulgação dos instrumentos de comunicação do CNS em web e, também, de vídeo conferências para apoiar o processo de gestão do CNS. Também foram contratadas ferramentas de desing gráfico, streamyard para a realização das reuniões. Neste primeiro semestre, seguiu-se em execução a Carta Acordo que garante ao Conselho Nacional de Saúde o apoio da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo para o acompanhamento, a instrução e a análise de iniciativas e processos internacionais a respeito de denúncias de violações do Direito Humano à saúde no Brasil. O plano de comunicação do CNS foi elaborado por profissionais especializados contratados para o desenvolvimento

de produtos técnicos relacionados ao tema e à sua execução, incluindo o desenvolvimento de ações de comunicação institucional CNS com os Conselhos estaduais e municipais, comunicação em saúde, orientações para empoderamento de lideranças. Tais ações foram realizadas majoritariamente no ambiente virtual, para o que a cooperação apoiou a reestruturação de ferramentas de TIC e web, softwares, etc, o que permitiu ampliar o acesso da sociedade ao Conselho e sua capacidade de informar. Soma-se a esta Ação, a viabilização de várias ferramentas de tecnologias de informação e comunicação – TICs que permitam a realização de reuniões ordinárias, extraordinárias, de Comissões, Mesa Diretora, Grupos de Trabalho, Comitês, entidades, instituições parceiras, etc, como Zoom meetings, Streamyard, Restream, Adobe cloud e programas de design gráfico. Esse conjunto de ferramentas garante economicidade nas atividades do CNS, na medida que evita gastos com viagens (passagens e diárias), logística e contratação de edição de peças de educação e informação em saúde.

A Ação "Realizar ações de desenvolvimento e formação de conselheiros de saúde e lideranças" segue sendo uma das principais iniciativas do TC127, executada por meio de Cartas Acordo com o Centro de Educação e Assessoramento Popular - CEAP. O projeto denominado "Formação para o Controle Social no SUS - Intermediário" tem o objetivo de "articular e mobilizar conselhos, organizações sociais, pesquisadores/as, conselheiros/as e lideranças para a defesa do SUS", em seguimento às duas etapas anteriores da iniciativa (já executadas em 2016-2018 e 2019-2021), sendo que esta LOA iniciou sua execução em 2022 e será concluída em 2023 ao cumprir todas as atividades e entregas, conforme o cronograma pactuado entre CNS, CEAP e OPAS. A segunda LOA operacionalizou o projeto "Formação para o Controle Social no SUS - Etapa 3", cujo objetivo geral é "qualificar a atuação de conselheiros/as de saúde e lideranças dos movimentos sociais através da formação, do fortalecimento institucional e da produção de conhecimento" e possui 5 objetivos específicos, que vêm sendo executados satisfatoriamente. Assim como as etapas anteriores, o projeto busca apoiar a implementação da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, havendo sido desenhado e pactuado de maneira conjunta entre o CNS (CIEPCSS), o CEAP e a OPAS e com metodologia que prevê a execução descentralizada em todo o país. A LOA foi iniciada no início do 2º sem/2022 e suas atividades seguirão até fins de 2023.

Por fim, relata-se que foram elaborados diversos estudos e relatórios pelo grupo de pesquisa multicêntrico criado e apoiado pela cooperação TC127, cujos resultados e documentos são permanentemente apresentados e debatidos com as/os conselheiras/os do CNS. Destaca-se neste momento, entre outros, um levantamento junto às Mesas Diretoras e Secretarias Executivas dos Conselhos Estaduais de Saúde em relação à infraestrutura, equipamentos e demais recursos necessários disponíveis e condições para seu funcionamento e regularidade de suas atividades. Tal relatório aponta necessidades relevantes para o cumprimento das competências legais dos Conselhos e a necessidade de maiores investimentos e custeio por parte dos Executivos.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não foram relatadas dificuldades, e as questões pormenores surgidas foram resolvidas a partir da boa relação entre a contraparte e OPAS/OMS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações foram alinhadas de forma a fortalecer as metas pactuadas progredindo consideravelmente em todos os pontos previstos. Todas as ações realizadas durante o 1º sem/2023 aportam para o alcance dos indicadores relacionados a este Resultado Esperado nº 1, com destaques para o Indicador 1 ("número de ações de capacitação de conselheiros de saúde", com meta de "realizar 5 ações de capacitação" sendo executada acima do previsto inicialmente); Indicador 2, com a realização de eventos relativos ao controle social no SUS atinente a formulação, fiscalização e deliberação acerca das políticas de saúde deliberativas pelo do CNS; e Indicador 3 com a operacionalização de produtos para o desenvolvimento do "Plano de Educomunicação em Saúde para a Sociedade do Conselho Nacional de Saúde".

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	RE2: Mecanismos de participação social e do monitoramento e fiscalização da implementação das políticas de saúde fortalecidos.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conferência Nacional de Saúde realizada. 2. Número de eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde/ano. 3. Número de atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022/ano. 4. Número de atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2026/ano. 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar as Conferências Nacionais de Saúde de 2022 e 2026. 2. Realizar 5 eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde 3. Realizar 3 atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022. 4. Realizar 3 atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2026. 	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual pactuado pelo CNS e pela OPAS/OMS para desenvolvimento de ações de cooperação técnica ao longo do ano 2023, foram planejadas 3 ações para alcance deste RE2: "Apoiar a realização da etapa nacional da V Conferência Nacional de Saúde Mental"; "Apoiar a realização da V Conferência Nacional de Saúde Mental (Reuniões das Comissões Organizadora, Executiva, Comunicação e Relatoria 3)"; e "Apoiar a realização da etapa nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde".

Neste 1º sem/2023, a prioridade foi a preparação e atividades preliminares à 17ª Conferência Nacional de Saúde - 17CNS, com o tema da 17ª Conferência é "Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia". A Conferência acontece a cada 4 anos e constitui-se em um processo, que inicia-se na realização da Etapa Municipal / Conferências Municipais de Saúde (iniciadas em nov/22 e aconteceram ainda durante este 1º semestre/23), que são seguidas da Etapa Estadual / Conferências Estaduais de Saúde e do DF (realizadas entre de abril e maio/23). Tal processo culmina na realização da Etapa Nacional (que será realizada em Brasília, em Jul/2023). Portanto, enquanto eram realizadas as Conferências Municipais e Estaduais, foram também realizadas mais de uma centena de Conferências Nacionais Livres de Saúde, diversas delas contando com o apoio desta Cooperação Técnica. Trata-se de uma inovação da 17CNS que permite à sociedade organizar livremente conferências para debater e propor diretrizes para temas / situações específicos, incluindo a eleição de delegados/as para a Etapa Nacional da 17ªCNS, sendo portanto uma estratégia que se demonstrou exitosa para aumentar o acesso e a sensibilidade da entrada de atores e pautas para o controle social. Em paralelo, a CT apoiou a Comissão Organizadora da 17CNS em seu intenso processo de trabalho na organização, no diálogo e na construção da Etapa Nacional. Tal Etapa Nacional será realizada na primeira semana de JULHO/2023, prevento a presença de mais de 5000 participantes delegados, apoiadores, convidados e participantes de todo o país e também internacionais, que participarão das atividades da CNS e atividades prévias.

Já a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental - Etapa Nacional precisou ser adiada uma vez mais, de tal maneira que se priorizasse a realização da 17CNS. Porém, a CT seguiu apoiando as necessidades da Comissões Organizadora, Executiva, Comunicação e Relatoria. Destaca-se a elaboração de material gráfico com vistas a ações de comunicação e mobilização para a referida conferência "5ª CNSM" e o apoio às reuniões da Comissão Organizadora e

de outras Comissões.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não foram relatadas dificuldades, e as questões pormenores surgidas foram resolvidas a partir da boa relação entre a contraparte e OPAS/OMS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações foram alinhadas de forma a fortalecer os mecanismos de participação social e do monitoramento e fiscalização da implementação das políticas de saúde fortalecidos correspondendo as metas e indicadores pactuados. As ações realizadas durante o 1º semestre de 2023 aportam para o alcance dos Indicadores 1 - "Conferência Nacional de Saúde realizada" (com atividades relacionadas à Conferência de Saúde Mental, de Saúde Indígena e preparatórias para a 17ª Conferência Nacional de Saúde); 2 – "Número de eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde" (cuja meta é "realizar 5 eventos relativos ao processo da Conferência Nacional de Saúde") e do Indicador 3 – "Número de atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022" (na meta "Realizar 3 atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Saúde de 2022"). O indicador 4 corresponde a atividades a serem realizadas nos anos seguintes (2025 e 2026).

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RE3: Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Plenário do CNS fortalecidas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de eventos e atividades relativas às Comissões Intersetoriais/ano. 2. Número de estudos e pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersetoriais/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 25 eventos eventos/atividades relativas às Comissões Intersetoriais. 2. Realizar 30 estudos/pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersetoriais.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Conforme o Plano de Trabalho Anual, foram planejadas para o ano 2023 a realização de 6 ações para o alcance do Resultado Esperado 3. Foram executadas ou iniciadas 4 delas no 1º sem/23 e com uma avaliação técnica de 70% de aproveitamento e alcance dos objetivos. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se:

Neste primeiro semestre de 2023 as ações relacionadas com as Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Plenário do CNS fortalecidas atuaram no apoio a estruturação e contratação e suporte de profissionais para a comunicação da 17ª Conferência Nacional de Saúde, bem como construção e impressão de materiais para a conferência. Apoiou com estrutura a realização de todas atividades das reuniões ordinárias do CNS e mesa diretora bem como apoio a comissão organizadora e comissão de relatoria da 17ª Conferência Nacional de Saúde (17ª CNS). Apoiou a participação de representantes do Conselho Nacional de Saúde nas etapas estaduais da Conferência. Por fim, apoiou a contratação de produtos técnicos especializados para fortalecer as atividades executivas do CNS. Apoiou a participação do CNS na 76ª Assembleia Mundial da Saúde; Durante a emergência dos Povos Yanomamis apoiou a reuniões do grupo de trabalho em Roraima. Ainda na temática de resposta a pandemia apoiou a Oficina da CTAC - Câmara Técnica de Acompanhamento da COVID-19 e a Oficina

"Desafios e Perspectivas para enfrentamento da pandemia da Covid-19". Dentre os eventos estratégicos apoiou o 4º Festival Nacional Da Juventude Rural Da Contag. O apoio à realização das atividades híbridas referentes às comissões intersetoriais, câmaras técnicas e grupos de trabalho do Conselho Nacional de Saúde, como a realização das Reuniões Ordinárias do CNS - Mesa Diretora e Pleno, das reuniões ordinárias e extraordinárias de Comissões Intersetoriais, como a Comissão de Alimentação e Nutrição - CIAN/CNS, a Comissão de Saúde Indígena - CISI/CNS, a Comissão de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT/CNS, a Câmara Técnica de Acompanhamento da Covid-19, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a Comissão de Políticas de Promoção - CIPPE/CNS, a Comissão de Vigilância em Saúde - CIVS/CNS, a Comissão de Recursos Humanos e Relações de Trabalho - CIRHRT/CNS, a Comissão de Saúde Suplementar - CISS/CNS, Comissão de Saúde da Mulher - CISMu/CNS, Comissão de Ciclos de Vidas, a Comissão de Saúde Mental, o Grupo de Trabalho da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Albinismo - GTPNAISPA/CNS, a Comissão de Saúde Bucal - CISB/CNS, e outras atividades relacionadas.

Destaca-se o apoio da cooperação para a construção e a realização do Seminário "Os desafios do SUS para que o amanhã seja realmente outro dia" (durante os dias 18 a 20/abr/23, em Brasília), com o objetivo de apresentar e debater temas relevantes como: responsabilidade fiscal x responsabilidade social, ampliação de recursos para o SUS e a questão alocativa; a transversalidade do financiamento da Seguridade Social e a histórica luta do sistema público x modelo privado.

O apoio à Comissão Intersectorial de Orçamento e Financiamento - COFIN, incluindo a produção de documentos técnicos, a realização de suas reuniões ordinárias e outros eventos. Ainda, o apoio à realização de reuniões do CNS com Conselhos Estaduais e Municipais, Plenárias Estaduais de Conselhos e participação em eventos nos estados e em municípios, como Etapas Estaduais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, a 5ª Feira de Soluções para a Saúde na Agricultura Familiar, a realização do "9º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica", Seminário "Formação para o Controle Social do SUS" (realizado em parceria com a Comissão Intersectorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS - CIEPCS, a OPAS e o Centro de Educação e Assessoramento Popular - CEAP).

A contratação de serviços especializados para elaboração de produtos e realização de estudos técnicos para "subsidiar o trabalho do Pleno, Mesa Diretora, Comissões Intersectoriais, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CNS".

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o ano, não houve dificuldades relevantes para a realização das atividades relacionadas às ações programadas para este Resultado Esperado nº 3. Pelo contrário, foi um RE com muitas ações e executadas satisfatoriamente.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações foram alinhadas de forma a fortalecer as Comissões Intersectoriais do Conselho Nacional de Saúde em sua função de assessoramento do Plenário do CNS fortalecidas correspondendo as metas e indicadores pactuados. As ações realizadas durante o ano de 2023 colaboraram para o alcance do Indicador 1 – "Número de eventos e atividades relativas às Comissões Intersectoriais" (cuja meta é "realizar 25 eventos/atividades relativas às Comissões Intersectoriais") e do Indicador 2 – "Número de estudos e pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersectoriais" (com a meta de "realizar 30 estudos/pesquisas técnicas para subsidiar o trabalho das Comissões Intersectoriais").

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 RE4: Agenda de valorização do trabalhador e da desprecarização das relações de trabalho no SUS e contribuição na regulação da formação profissional em saúde promovida.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de estudos e pesquisas sobre novos processos de organização do trabalho, novas profissões, incorporação tecnológica e ampliação do escopo de práticas/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 5 estudos/pesquisas sobre novos processos de organização do trabalho, novas profissões, incorporação tecnológica e ampliação do escopo de práticas/ano.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual pactuado pelo CNS e pela OPAS/OMS para desenvolvimento de ações de cooperação técnica ao longo do ano 2023, foi planejada 1 única ação: "Realizar estudos/pesquisas sobre novos processos de organização do trabalho, novas profissões, incorporação tecnológica e ampliação do escopo de práticas". Tal ação se desdobra em dois macroprojetos: o primeiro com a Escola Nacional de Formação e Qualificação Profissional dos Farmacêuticos e o segundo com o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - DIESAT.

Conforme registrado em relatórios anteriores, a ação vem sendo executada deste 2022 e seguiu no 1º sem/2023 por meio do projeto "Integração das Políticas de Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – Fases 2 e 3", financiado via Cartas Acordo, com a Escola Nacional de Formação e Qualificação Profissional dos Farmacêuticos. O objetivo geral do projeto é "capacitar e constituir uma rede de lideranças, trabalhando a integralidade das políticas públicas, destacando a Vigilância em Saúde, integrando a Assistência Farmacêutica, e a Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, com fundamento nas necessidades descritas pelo controle social da saúde". Para tal, o projeto foi organizado em 6 fases de execução, sendo desenvolvidos 10 objetivos específicos, que incluem "fortalecer e integrar as Políticas e Práticas da Assistência Farmacêutica, CTI, e VS no âmbito da gestão participativa; Garantir a participação dos membros das mesas diretoras dos CES e/ou de integrantes de comissões de VS, Assistência Farmacêutica e de CeT (ou de membros da mesa diretora de conselhos municipais das capitais) nos encontros regionais preparatórios e no 9º SNCTAF; Contribuir para criação de comissões dedicadas ao desenvolvimento e consolidação das políticas e práticas citadas, no âmbito dos conselhos de saúde; Promover e ampliar o alcance do curso auto instrucional "Integração das políticas de saúde: Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde" visando a formação de lideranças em saúde de todo o país; Desenvolver novos conteúdos relacionados à temática do Projeto Integra para a formação de conselheiros de saúde; Disseminar os conteúdos das políticas de saúde por meio de produção de materiais para redes sociais; Mobilizar e preparar a sociedade para a 17ª CNS na temática das políticas do Projeto Integra; Estabelecer diálogo com novos legisladores e gestores para fomentar o desenvolvimento e integração das políticas de saúde; Discutir a construção dos planos de saúde 2024-2027 e a incorporação das propostas das Conferências de saúde (17ª Conferência Nacional de Saúde e conferências municipais e estaduais); Contribuir para a construção e consolidação da credibilidade social na ciência, na participação social e nas políticas públicas". Estão sendo realizados encontros em polos espalhados pelas regiões do país. No 2º semestre acontecerá o Simpósio Nacional com a participação das principais instituições nacionais e lideranças de todas as regiões, para debater e definir prioridades para o planejamento de ações do controle social em todos os níveis de gestão a respeito do tema. Nesta 3ª etapa também vem sendo realizados encontros com as comissões ativas de "Assistência Farmacêutica", "Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde" e "Vigilância em Saúde" para diagnóstico da atuação dessas comissões no dia anterior à realização do 9ºSNCTAF. A metodologia proposta valoriza a participação ativa e as experiências concretas dos participantes, além de um constante diálogo com a Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. Esta LOA tem previsão de execução até 2023

e está sendo executada em paralelo ao projeto "Integração das Políticas de Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – Fase 4" (Integra), que foi apresentado e aprovado no 2º sem/22 e segue operando, dando seguimento às atividades e propósitos das Fases anteriores, relacionadas ao período de 2022-2023.

O segundo projeto foi discutido pela CISTT/CNS com o DIESAT e consistiu em um "Projeto de Articulação e Multiplicação da Participação e Controle Social na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora". O projeto foi aprovado no 1º trimestre de 2023 e segue em execução até o início de 2024 (previsão de execução por 12 meses).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A cooperação técnica OPAS/OMS e CNS vem se mantendo forte no período. Neste ponto, destacam-se o fortalecimento interinstitucional e o esforço das equipes de ambas instituições para viabilizar as ações da maneira mais adequada possível, buscando celeridade nos processos administrativos e no monitoramento constante para cumprimento das metas pactuadas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações realizadas vêm se demonstrando relevantes para os processos de institucionalização do CNS, de suas Comissões, dos Conselhos Estaduais e também municipais, com o fortalecimento de suas atividades no período. Conseqüentemente, observam-se avanços da participação social em saúde no país, assim como de ampliação da educação permanente para o controle social no SUS. A ação em curso aporta aos conhecimentos sobre o papel da participação social na definição das políticas citadas e seus impactos na organização dos processos de trabalho na gestão e na clínica, inclusive no que concerne à incorporação tecnológica e à ampliação do escopo de práticas dos profissionais envolvidos. Especificamente em relação ao indicador, entende-se que vem sendo atingido satisfatoriamente, na medida que os projetos vêm gerando diversas publicações relevantes.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 RE5: Intercâmbio de experiências de participação social em âmbito nacional e internacional, com sistematização e divulgação do conhecimento produzido desenvolvido.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Número de eventos internacionais realizados /ano. 2. Número de Laboratórios de Inovação/ano. 3. Número de estudos sobre emergências sanitárias nacionais e internacionais/ano.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	1. Realizar 3 eventos de intercâmbio do CNS com experiências internacionais de participação social. 2. Realizar 3 Laboratórios de Inovação em Participação Social com temáticas ligadas ao conceito de democracia participativa. 3. Realizar 2 estudos sobre emergências sanitárias nacionais e internacionais, com ênfase nas populações vulneráveis e vulnerabilizadas.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Para concretização deste Resultado Esperado nº 5, foram programadas no Plano de Trabalho Anual de 2023 três ações, que foram executadas conforme o planejado e, além do breve relato abaixo, possuem documentos técnicos e de divulgação próprios.

Quanto à Ação 1, no 1º semestre/23 a cooperação vem apoiando estratégias de intercâmbio de experiências de

participação social em âmbito nacional e internacional, com sistematização e divulgação do conhecimento produzido, destacando-se o lançamento do "Laboratório de Inovação Latino-Americano de Práticas de Participação Social em Saúde" (<https://apsredes.org/liscns/>). Trata-se da 5ª Edição de Laboratórios de Inovação realizados com o CNS, cujo objetivo é contribuir para identificar, sistematizar, visibilizar e reconhecer experiências exitosas de participação e engajamento social em políticas públicas e práticas em saúde voltados ao aprimoramento das condições e dos serviços de saúde, gerando trocas e aprendizados entre os atores sociais envolvidos que potencializem sua ação local, regional, nacional e/ ou internacional. O LIS foi criado em parceria entre o CNS, a OPAS e o Centro de Educação e Assessoramento Popular – CEAP, sendo seu edital lançado em out/2022, prevendo duas linhas para inscrição e análise das experiências: Eixo A - Participação e controle social em políticas públicas de saúde e Eixo B - Participação e engajamento comunitário em práticas de saúde. Foram inscritos 146 relatos de experiência (125 nacionais e 21 internacionais). Após a análise pela Comissão Coordenadora, foram homologadas 122. Destas, várias foram convidadas a participar de lives temáticas, realizadas ao longo do 1º sem/2023: Sessão 1 - "Possibilidades comunicativas para a participação social em saúde (realizada em 19/abr./23, contando com a apresentação de 5 experiências); Sessão 2 - "Participação social em saúde para a garantia da cidadania" (25/abr., 5 experiências); Sessão 3 - "Participação social para garantia dos direitos de populações em situações de vulnerabilidades" (11/maio, 5 experiências); Sessão 4 - "Escuta da Comunidade" (25/mai., 4 experiências). O Comitê de Coordenação do LIS vem desenvolvendo processos de diálogo e curadoria junto aos autores e trabalhadores/as envolvidos nas experiências, com vistas inclusive ao reconhecimento no 2º sem/23.

Por fim, a cooperação vem apoiando o fortalecimento de ações do Conselho Nacional de Saúde no âmbito internacional, incluindo sua participação em eventos e atividades relevantes junto a outros países da Região das Américas e outros, como oportunidade para compartilhar a experiência brasileira com o controle social do SUS e conhecer experiências de outros países, articulando possibilidades de intercâmbios futuros e de uma agenda de internacionalização do CNS. Destacamos, neste 1º sem/2023, a intensa participação de representante do CNS na delegação brasileira participante da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio/23, durante a qual foi realizado o side event "Institutionalising social participation for PHC, UHC and health security", do qual o Brasil foi co-anfitrião com a Eslovênia e a Tailândia, com os objetivos de demonstrar apoio político à participação social e negociar a construção junto aos demais Estados-Membros de uma resolução a ser aprovada na WHA77, em 2024, que estimule aos demais países a implementar mecanismos formais de participação social em seus sistemas de saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As equipes de gestão, técnica e administrativa da OPAS/OMS e do CNS vêm mantendo o compromisso de apoiar-se mutuamente para que os processos de fortalecimento da participação social no SUS, em especial no desenvolvimento e difusão de conhecimentos relacionados ao tema e para fortalecimento da ação dos conselheiros/as, não apenas no âmbito nacional, mas também em articulação e mobilização internacional. O cenário nacional é marcado pela posse do novo governo federal, que ao longo deste 1º sem/2023 vem buscando soluções para organizar a máquina pública e alinhá-la às ações prioritárias de retomada e fortalecimento do SUS e da participação social. Desta forma, por meio de intensa articulação e comunicação permanente para alinhamentos estratégicos, táticos e operacionais, as dificuldades vêm sendo superadas para o alcance dos resultados pactuados.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas neste 1º sem/2023 aportam diretamente aos três indicadores pactuados na Matriz Lógica do TC127, a saber:

- 1- Número de eventos internacionais realizados (foi realizada 2/3 da meta de eventos de intercâmbio);
- 2- Número de Laboratórios de Inovação (a meta para os 5 anos de TC127 é de realizar 3 Laboratórios de Inovação em Participação Social com temáticas ligadas ao conceito de democracia participativa, em 2022-2023 realizamos o primeiro); e
- 3- "Número de estudos sobre emergências sanitárias nacionais e internacionais".

3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Desde a perspectiva nacional, o TC127 contribui para o fortalecimento do preceito constitucional do direito universal à saúde e da participação social, previstos operacionalmente nas Leis nºs 8080 e 8142.

Na medida em que a Lei nº 8.080/90 dispõe que o Conselho Nacional de Saúde (de maneira extensiva aos conselhos estaduais e municipais) deve estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços (art. 37), cabe aos Conselhos de Saúde deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades, o TC-127 vem contribuindo também com a implementação do Plano Nacional de Saúde 2020 – 2023, com destaque para o “Objetivo 7 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade” e suas metas nºs 2 (Alcançar 4.400 entes federados com Relatório Anual de Gestão enviados ao conselho); 7 (Realizar 460.000 certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS) e 13 (Disponibilizar informações qualificadas e sistematizadas de 100% das políticas públicas implementadas pelo Ministério da Saúde, em plataforma digital). Ainda, o TC127 contribui com o acompanhamento e fiscalização da implementação de todas as diretrizes aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde (formalizadas por meio da Resolução CNS nº 617, de 23/ago/2019, conforme preconizado na Lei nº 8.142/90 e na Lei Complementar nº 141/12) que devem estabelecer diretrizes para a condução da política de saúde no âmbito federal. Assim como se espera que aconteça com as diretrizes emanadas da 17ª Conferência Nacional de Saúde cujas etapas municipais e estaduais aconteceram até o 1º sem/2023 e a etapa nacional acontecerá no início do 2º sem/2023.

No âmbito internacional, as ações desenvolvidas no TC127 contribuem para o alcance de diversas das metas da Agenda 2030, com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS nº 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, suas metas 3.1 a 3.9 e 3.a a 3.d e respectivos indicadores.

Regionalmente, o TC127 aporta aos onze objetivos da “Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018 - 2030”, mas de maneira destacada ao objetivo 2 (Fortalecer a liderança e a governança da autoridade sanitária nacional, enquanto se promove a participação social), mas também aos demais dez objetivos: 1 (Ampliar o acesso equitativo a serviços de saúde integrais, integrados, de qualidade, centrados nas pessoas, na família e na comunidade, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças), 3 (Fortalecer a gestão e o desenvolvimento de recursos humanos em saúde com habilidades que apoiem um enfoque integral à saúde), 4 (Conseguir financiamento para a saúde adequado e sustentável, com equidade e eficiência, e avançar na proteção contra riscos financeiros para todas as pessoas e suas famílias), 5 (Garantir o acesso aos medicamentos essenciais e vacinas e a outras tecnologias sanitárias prioritárias, segundo as evidências científicas disponíveis e de acordo com o contexto nacional), 6 (Fortalecer os sistemas de informação em saúde para apoiar a formulação de políticas e a tomada de decisões baseadas em evidências), 7 (Desenvolver capacidade de geração, transferência e uso da evidência e do conhecimento em matéria de saúde, promovendo a pesquisa, a inovação e o uso da tecnologia), 8 (Fortalecer as capacidades nacionais e regionais de preparação, prevenção, detecção, vigilância e resposta a surtos de doenças e às emergências e desastres que afetam a saúde da população), 9 (Reduzir a morbidade, a incapacidade e a mortalidade decorrentes de doenças não transmissíveis, lesões, violência e transtornos de saúde mental), 10 (Reduzir a carga das doenças transmissíveis e eliminar as doenças negligenciadas) e 11 (Reduzir a desigualdade e a iniquidade na saúde mediante enfoques intersetoriais, multissetoriais, regionais e sub-regionais dos determinantes sociais e ambientais da saúde).

O TC127 também aporta diretamente às prioridades expressas na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde, de fortalecimento da coordenação intersetorial para abordar os determinantes sociais da saúde e de redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários, sendo a participação social considerada um fundamento para a concretização do direito à saúde para todas e todos, em todas as partes.

De maneira mais operacional, a cooperação técnica vem sendo desenvolvida de forma a contribuir com os resultados em saúde do país e com o Plano Estratégico da OPAS. As ações desenvolvidas no Plano de Trabalho Anual – PTA 2023 deste TC127, ao longo do 1º semestre de 2023, contribuíram diretamente para a consecução dos objetivos, metas e resultados do “Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2020-2025: A Equidade, o Coração da Saúde”. Mais especificamente, fortalecem a governança do sistema de saúde brasileiro e promovem maior equidade nas políticas de saúde, de tal forma que contribuem destacadamente para o alcance do “Resultado Intermediário 9 - Fortalecimento da gestão e governança” (expresso no indicador 9.b - Número de países e territórios que alcançaram pelo menos 60% de sua capacidade para implementar as funções essenciais de saúde pública) e do “Resultado intermediário 26 - Temas transversais: equidade, gênero, etnia e direitos humanos” (expresso no indicador 26.a Número de países e territórios com respostas institucionais e mecanismos de prestação de contas que estão avançando rumo à equidade em saúde, à igualdade étnica e de gênero em saúde, e aos direitos humanos). O Termo de Cooperação fortalece a governança do sistema de saúde brasileiro ao promover a consolidação institucional de sua instância de participação social. A participação e o controle social, por sua vez, promovem maior equidade nas políticas de saúde e acabam tendo impactos sobre todos os resultados

do Plano Estratégico 2020-2025.

Ademais das ações estritamente relacionadas à execução deste TC, o CNS e a OPAS/OMS no Brasil possuem uma relação político-estratégica mais ampla e longa, sendo parceiros de primeira hora em diversas outras iniciativas que visam a garantia do direito à saúde no país, o fortalecimento do SUS, a melhoria da qualidade das ações e serviços prestados à população, a educação permanente dos profissionais, a ampliação da transparência e da participação da sociedade no sistema de saúde, a identificação e o debate dos problemas e desafios da saúde no país e a construção coletiva de soluções adequadas às necessidades nacionais e locais.

3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

O TC127 formaliza a continuidade da cooperação técnica entre a OPAS/OMS e o CNS a partir do findo TC68. A partir da análise deste, pode-se dizer que a relação de cooperação atingiu um nível de maturação de excelência, de tal forma que a parceria formal entre as instituições expande-se para além do Termo de Cooperação, abrangendo diversas outras iniciativas institucionais em torno da universalidade, da integralidade e da equidade. Da mesma maneira e considerando ser este TC uma forma de continuidade da relação interinstitucional, as lições aprendidas durante a vigência daquele TC68 devem ser as bases de desenvolvimento deste, para o que mencionamos:

1- O fortalecimento da participação e do controle social, no atendimento às necessidades de democratização do acesso e da gestão na saúde, apresenta interfaces e oportunidades de trabalho interprogramático na cooperação técnica com a OPAS/OMS;

2- O desenvolvimento de estratégias de aprimoramento da ação do CNS, dos CES e dos CMS, assim como as ações de qualificação de suas Comissões fortalecem o componente de participação e controle social do SUS e, portanto, fortalecem os mecanismos de garantia da concretização do direito à saúde no Brasil, cumprindo com os Resultados Esperados do TC127 e com as metas Regionais e Globais, entendendo-se a participação como um componente vital na governança de sistemas de saúde públicos universais;

3- O fortalecimento das capacidades de comunicação e uso de ferramentas virtuais vem permitindo que o CNS se adapte rapidamente às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, permitindo a continuidade de seus trabalhos, garantindo a atuação do controle social durante o período de emergência de saúde pública e abrindo novas possibilidades para ampliação da “presença” do CNS em todo o território do país. Também destacou-se no processo de encerramento daquele TC68 a potencialidade do “modelo” brasileiro de participação, com recomendação de desenvolvimento de instrumentos que permitam o intercâmbio de experiências com outros países e a produção de estudos e publicações sobre a importância do controle social em sistemas que assegurem cobertura universal de saúde, tema que adquire especial relevância em termos regionais de uma cooperação com os países das Américas.

Por fim, dada a dinamicidade da cooperação técnica, é sempre importante que as mudanças contextuais e de prioridades se reflitam nos instrumentos de gestão da cooperação, de tal forma que se torna relevante a permanente análise da execução e, em caso de necessidade, a revisão dos distintos instrumentos, como a Matriz Lógica e o Plano de Trabalho Anual – PTA, para que a Cooperação Técnica possa ser refletida nos indicadores de forma fidedigna, atualizando os processos de registro, monitoramento e avaliação dos Resultados Esperados do TC.

A pandemia de Covid-19 representou um forte impacto para saúde das pessoas em todo o mundo, em especial no período mais agudo de Emergência Sanitária, de Jan/2020 a Mai/2023. Para o enfrentamento da pandemia, os diversos atores do setor Saúde (gestores federal, estaduais, DF e municipais, prestadores de serviços, trabalhadores, pesquisadores, conselheiros e conselheiras de saúde, lideranças sociais e comunitárias) foram pressionados por adoção de medidas e respostas ágeis para reorganização dos serviços de saúde, aprimoramento da gestão, desde a atenção primária à saúde aos serviços especializados ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico, urgência e emergência, com priorização das ações de enfrentamento da pandemia, mas com o desafio de também garantir a continuidade do cuidado para atender às demais necessidades de saúde da população. A participação social e os mecanismos formais de sua manifestação foram também impelidos a uma postura diferente e ainda mais enérgica para cobrar respostas que garantissem que os impactos diretos na assistência não gerassem prejuízos à população, com especial olhar para aquelas pessoas mais vulnerabilizadas. Portanto, rápidos aprendizado e desenvolvimento de capacidades de reinventar a participação, seja na forma de atuação e relacionamento, mobilização de movimentos sociais, nos processos internos de trabalho e de cooperação técnica, demandando um processo de planejamento mais efetivo e sistêmico por parte do CNS, que proporcionassem maior capacidade de articulação e de apoio e cooperação técnica com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e do Distrito Federal, de forma integrada, priorizando as suas necessidades. Apesar da ampla vacinação ter conseguido arrefecer a pandemia, o que levou à OMS a suspender a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em Mai/2023, segue a situação pandêmica da Covid-19, o que mantém os mecanismos de controle e participação social alertas. Ademais, as quedas nas coberturas das diversas vacinas vem sendo um desafio enfrentado pelo controle social e pelo SUS.

Por fim, a colaboração entre o CNS e a OPAS em um processo de trabalho de cooperação internacional resultou em lições valiosas que ressaltam a importância da 17ª Conferência Nacional de Saúde e suas etapas anteriores. Essa parceria exemplifica como a sinergia entre atores nacionais e organizações internacionais pode catalisar avanços significativos na área da saúde pública. Dentre as lições e recomendações estão a relevância de se alinhar e realizar um planejamento prévio das atividades bem como a criação de grupos gestores colegiados com autônoma de decisão para agilizar os processos de tomada de decisão e execução.

3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
----	-------------------	-------------------	--------------------------	-------------------------------

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	5	4	0	80%
2	3	2	0	60%
3	6	4	0	70%
4	4	3	0	70%
5	3	2	0	60%
Total:	21	15	0	68%

3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 4,615,218.74
Recursos desembolsados:	US\$ 2,884,200.14
Pendente de pagamento:	US\$ 593,718.62
Saldo:	US\$ 1,137,299.98